



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CADERNO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS – RDC nº. 01/2020 - CONSTRUÇÃO DO DFCH-UNIFAP

1) O que é um RDC tipo integrado?

Resposta: De acordo com art. 9º, § 1º, da Lei nº 12.462, a contratação integrada compreender a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para entrega final do objeto.

2) Por que o orçamento sigiloso do RDC?

Resposta: Não divulgação do orçamento estimado para os participantes durante a licitação, buscando evitar conluios e outras práticas anti-concorrenciais bem como para assegurar que os licitantes apresentem suas melhores propostas. O orçamento, no entanto, fica disponível para os órgãos de controle e é divulgado normalmente após o encerramento do processo (art. 6º, § 3º);

3) Única Fase Recursal. Por que?

Resposta: Na qual são analisados conjuntamente os recursos referentes ao julgamento das propostas e da habilitação (art. 27). Busca economizar tempo e reduzir as possibilidades de manobras protelatórias por parte dos participantes da licitação na medida em que evita a interrupção do processo para análise dos recursos em cada etapa do certame;

4) A responsabilidade do contratado no RDC integrada?

Resposta: A contratação integrada é um regime de execução para obras e serviços de engenharia no RDC. O vencedor da licitação que deve elaborar os projetos básico e executivo, a partir de um anteprojeto de engenharia fornecido pela UNIFAP.

Além disso, ao assumir a responsabilidade pelos projetos básico e executivo, o contratado assume também os riscos associados à execução da obra ou serviço, não podendo alegar qualquer falha nos projetos ou qualquer problema de execução para modificar o contrato. Por isso é vedado, na contratação integrada, qualquer aditivo ao contrato, com exceção daqueles que sejam fruto de caso fortuito, força maior ou de expressa determinação do próprio poder público.